

UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAFICH - FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - PROGRAMA DE MESTRADO
DISCIPLINA: MASSA E PODER / 1º SEMESTRE 1992
PROFESSORA: CARLA ANASTASIA
ALUNO: MARCO AURÉLIO CHAVES CEPIK
TRABALHO FINAL DA DISCIPLINA

NOTAS SOBRE REBELIÕES: O LÓGICO E O HISTÓRICO

BELO HORIZONTE, SETEMBRO DE 1992

Í N D I C E

	Página
I - APRESENTAÇÃO	1
II - NOTA METODOLÓGICA	3
III - DEFINIÇÕES PRELIMINARES E DESCRIÇÃO DO FENÔME NO	6
IV - IMPASSES EXPLICATIVOS	19
V - CONCLUSÃO	26
VI - NOTAS	30

I - APRESENTAÇÃO

Este texto procura retomar o problema chave da disciplina - "a violência da multidão é uma estratégia politicamente orientada?"

Não tem a pretensão de oferecer uma resposta à questão. Em sua melhor possibilidade, visa ordenar as discussões realizadas ao longo do semestre, retomando parcialmente a bibliografia de referência. Em especial, ampara-se na leitura de autores como George Rudé e Charles Tilly⁽¹⁾.

Com este objetivo, o texto compõe-se de um quadro descritivo dos termos que definem o objeto (violência da multidão) e um quadro de seus principais impasses explicativos. Tendo por base estes dois esforços complementares, conclui-se pela necessidade de uma reformulação parcial nos termos do problema.

Nos seminários do curso, vez por outra, emergiram questões metodológicas polêmicas, dentre as quais três foram recorrentes:

a) A legitimidade do problema no contexto das metas do conhecimento histórico. (narrar x explicar).

b) O caminho mais produtivo para conhecer o objeto. (aprofundar a pesquisa sobre os casos concretos x aprimorar os modelos teóricos).

c) As relações entre a disciplina histórica e as demais ciências sociais (afirmar uma identidade específica x orientar-se para abordagens interdisciplinares).

Dada a recorrência, a relevância e a interrelação das questões, o texto é precedido de um comentário metodológico. Não se trata de optar por uma das alternativas estereotipadas acima. Mas de fixar, ainda que provisória e esquematicamente, um outro ponto de partida capaz, talvez, de reaproximá-los.

II - NOTA METODOLÓGICA

Mais do que a polêmica entre tradições concorrentes - positivismo, marxismo e Annales, o que caracteriza a crise contemporânea da historiografia é o esgotamento dos paradigmas dominantes no século XX. A saturação para com as explicações teóricas e a reivindicação de narrativas e pesquisas empíricas mais detalhadas e concretas, menos do que a influência da chamada Nova História Francesa, expressam um disseminado senso comum historiográfico.

Segundo o professor Karl Acham⁽²⁾, a valorização da narrativa e das abordagens fenomenológicas é uma reação compreensível, embora problemática, no âmbito das ciências sociais em geral e da história em particular.

Ela ocorre porque, freqüentemente, certos fatos sócio-históricos são generalizados de forma simplista e precipitada, interditando o conhecimento rico e concreto de suas especificidades. Quando isto é feito amplia-se a "ignorância do 'sentido subjetivo' que os atores históricos emprestam às suas ações" (p. 180). Relacionado com este fator há o esgotamento das explicações monocausais em história, sejam estas baseadas na política, na economia ou nas mentalidades⁽³⁾. A sobrevalorização de certos fatores em detrimento de outros já não é plausível.

Todavia, ainda segundo Karl Acham, esta reação re-
donda num "descritivismo antiteórico" bastante problemático. Em primeiro lugar porque "no~~o~~ mais das vezes, contudo, não são descrições 'finas' ou 'grosseiras' de um material(...)que

faltam na ciência" (p. 180). Algo nesta direção também é destacado por Charles Tilly, num artigo recente⁽⁴⁾: "Aunque las teorías de la acción colectiva siempre se beneficiarán de las mejoras en las descripciones, hasta ahora se quedan detrás de los datos disponibles" (TILLY, 1990, p. 168). Ou seja, não se resolve uma deficiência teórica e metodológica voltando-se exclusivamente para a descrição empírica, por mais rica e tecnicamente perfeita que esta pudesse ser.

Em segundo lugar, uma narração ou descrição envolve, além do controle empírico sobre as evidências históricas, uma pré-ordenação lógica dos fatos e fenômenos, um esforço mais ou menos consciente de definição, tipificação e seleção do que se está narrando. Portanto, um problema conceitual inarredável, que não é menos real pelo fato de ser evitado pela vertente "narrativa".

E, em terceiro lugar, tampouco basta adicionar aspectos e evidências históricas para se superar as ênfases heurísticas mono-causais. A hierarquização e a sucessão temporal dos fatores explicativos continuam tão necessários ao diálogo entre hipóteses e evidências quanto sempre foram⁽⁵⁾.

Portanto, para um conhecimento histórico com pretensões científicas - vale dizer sistemático, aproximativo e recorrente às suas pressuposições filosóficas⁽⁶⁾ - o problema metodológico, em relação ao uso de teorias das ciências sociais na ciência histórica, diz respeito à sua capacidade lógica de controlar a passagem da descrição à explicação, sem prejuízo da riqueza empírica dos fenômenos nem da multifatorialidade causal.

Em outras palavras, como todo conhecimento cientí-

fico, o conhecimento histórico, na medida em que assume sua complexidade e provisoriedade, deve reconhecer suas tarefas ao longo dos três planos de análise que o conformam como tal:

1) A narração do que 'realmente aconteceu'. Neste âmbito, as definições, tipificações e sistematizações do campo de visão são as principais tarefas da teoria. Do mesmo modo que as ciências sociais não podem ignorar este plano taxonômico do conhecimento das realidades sócio-históricas, pretendendo passar diretamente às teorizações, os historiadores não podem restringir-se a ele.

2) A explicação, que tem por tarefa responder à seguinte pergunta: "por que aconteceu aquilo que é exposto, no nível descritivo, como ocorrido?" (ACHAM, 1992, p. 180). Com suas especificidades, as ciências sociais e históricas têm aqui sua pretensão propriamente científica, com suas hipóteses e quadros conceituais.

3) A validação - lógica e empírica, através de controles metodológicos adequados à natureza do objeto - das explicações dadas sobre o que ocorreu historicamente⁽⁷⁾.

Isto posto, não se trata de optar entre a 'generalidade' e o 'detalhismo', como aliás destaca Charles Tilly:

A primeira vista este programa parece um abandono "de la concreción histórica por la abstracción teórica. Un segundo vistazo, sin embargo, nos lleva de vuelta a la historia. Pues nos fuerza a plantear precisamente las preguntas implicadas por una comprensión histórica sólida (...): quienes eran los actores, cómo estaba organizados, qué relaciones de poder, de conflicto y solidaridad mantenían con otros actores, cuáles eran sus intereses y estrategias, con quién interactuaban, dentro de qué límites, con qué resultados." (TILLY, 1990, 195p.).

III - DEFINIÇÕES PRELIMINARES E DESCRIÇÃO DO FENÔMENO

O problema formulado exige uma delimitação precisa do objeto de análise. No caso presente, uma definição sobre o que se está entendendo por violência da multidão.

O termo multidão será utilizado neste trabalho para designar um fenômeno sócio-histórico determinado, a ação coletiva violenta de um grupo de contato direto. Portanto, não se trata da multidão em geral, da ação coletiva em geral ou da violência em geral.

Esta definição, obviamente, corresponde ao uso do termo no livro já citado de George Rudé. Desta primeira delimitação do objeto ficam excluídos os sujeitos políticos institucionalizados (tais como partidos políticos, forças armadas, igrejas, sindicatos, etc.) e os grandes agregados humanos (tais como etnias, classes sociais, nações, etc.). Pois estas coletividades, embora possam agir concertadamente e de forma violenta, não são "grupos de contato direto".

São excluídas também aglomerações casuais e/ou festivas, tais como torcedores de futebol, transeuntes do centro de uma metrópole, audiências de shows, participantes de festas e cultos religiosos, etc. Nestes casos é bom acrescentar a ressalva de Rudé, quanto à possibilidade de que, uma vez reunida a multidão e desencadeada a ação coletiva, fatores intervenientes possam alterar seu curso e características⁽⁸⁾.

Exclui ainda ações individuais de rebeldia que não estejam conectadas, de algum modo, à ação coletiva de um grupo agregado voluntariamente.

Enfim, nem nações nem indivíduos podem ser chamados propriamente de multidões; mesmo que os primeiros sejam pequenos e mobilizados e os segundos estejam agindo isoladamente, porém movidos pelos mesmos objetivos que outros indivíduos rebeldes.

Neste nível de generalidade, a ação da multidão corresponde à própria definição de Tilly sobre ações coletivas: "ação popular voltada para a defesa de interesses comuns"⁽⁹⁾.

Todavia, é a especificidade violenta desta ação que delimita ainda mais o tipo de multidão sobre o qual recai o foco de análise. A violência da multidão indica uma forma de protesto popular caracterizada pelo que Rudé chamou de "explosão hostil". Na medida em que este é o fenômeno que se quer explicar, torna-se necessário descrever as características destas modalidades de violência sócio-política, o que se tentará fazer mais abaixo.

Antes, porém, alterar-se-á um pouco a tipificação de Rudé. No lugar de "explosões hostis", o vasto conjunto de protestos violentos da multidão será abarcado pelo conceito de Rebelião. É claro que esta é uma definição um tanto arbitrária, mas ela permite uma diferenciação mais precisa tanto em relação ao fenômeno revolucionário⁽¹⁰⁾, quanto em relação às formas não-violentas de protesto social que podem reunir multidões - tais como manifestações públicas, passeatas, comícios, greves, petições populares, atos de desobediência civil, etc.⁽¹¹⁾.

Mesmo com todas estas delimitações definicionais, as rebeliões ainda formam um conjunto extraordinário de eventos históricos. Desde as revoltas de escravos na Antiguidade e os

* "bauernkriege" de 1524-1525 na Alemanha é a primeira rebelião moderna.⁸
Ver Barrington Moore Jr., Eric Wolf e Donald Zagoria, sobre os camponeses modernos

Levantes camponeses na idade média, até os fenômenos modernos estudados por Rudé, Thompson, Tilly e tantos outros autores: motins de fome, tax rebellions, confrontos trabalhistas violentos, jornadas populares nas Revoluções, motins 'igreja e Rei', movimentos milenaristas, sedições, motins rurais de vários tipos, confrontos raciais, étnicos, religiosos, etc. Os casos concretos de rebeliões, mesmo contando apenas os estudados na disciplina, seriam muito numerosos para serem descritos aqui, mesmo em seus aspectos centrais⁽¹²⁾.

Assim, um segundo esforço para a descrição do fenômeno seria elaborar uma criteriosa tipologia das rebeliões, o que facilitaria o acesso dos casos e suas inúmeras evidências históricas. Todavia, neste plano é que a advertência dos historiadores parece mais pertinente. Sempre haverá casos cuja riqueza empírica extrapola os limites da classificação, tornando-a inoperante. Seja obrigando a tipologia a criar tantas alternativas de classificação quantos sejam os casos verificados, o que a torna flexível ao ponto de inutilizar-se metodologicamente. Seja obrigando os casos a adaptarem-se às alternativas existentes. De qualquer modo, ou os casos concretos ou os critérios de classificação são forçados a deitarem-se num leito de Procusto⁽¹³⁾.

De todo modo, talvez seja útil destacar algumas distinções propostas por Rudé e Tilly.

Em A multidão na História (1964), G. Rudé estudou os motins populares na França e na Inglaterra, entre 1730 e 1848. As distinções utilizadas neste livro, todas muito ponderadas e matizadas, são consistentes com a restrição preliminar, espaço-temporal. As mais importantes são os pares rural/

urbano e prē-industrial/industrial⁽¹⁴⁾. Sobre os matizes, diz o autor:

"A sobreposição dos períodos é, portanto, considerável, e estende-se a campos que são de interesse tanto do historiador como do sociólogo. Mesmo assim, em minha opinião, essa sobreposição não basta para invalidar a distinção geral que tento estabelecer." (Rudē,p.05).

Por sua vez, a tipologia de Tilly, segundo Lynn Hunt, variou conforme a relação deste autor com a teoria da modernização⁽¹⁵⁾. Em Changing Place of Collective Violence (1970), por exemplo, utiliza um esquema evolucionário: violência coletiva primitiva, reacionária e moderna. Já na conclusão de The Rebellious Century (1975), privilegia o âmbito dos objetivos buscados: ação coletiva competitiva, reativa e pró-ativa. Lynn Hunt, baseando-se numa formulação semelhante contida em From Mobilization to Revolution (1978), afirma:

"Tilly recognizes the persistence of 'old' forms and the difficulty of distinguishing one form from another. Still, even in its revised version, the schema implies an evolutionary or developmental model. The repertoire of collective action developed in successive, if overlapping, phases in response to underlying changes in the structures of economic, political and social life".⁽¹⁶⁾

Como se vê acima, os autores cercam-se de cuidados para utilizar suas classificações. Considerando estes cuidados, tentar-se-á logo abaixo uma descrição ideal-típica⁽¹⁷⁾ da rebelião prē-industrial (Rudē) e reativa (Tilly).

Mas, para isso é preciso definir, ainda que sumariamente, o outro termo do problema. A violência corresponde ao uso ofensivo da força física para modificar uma dada relação

de poder. Neste plano definicional, não se pode especificar as condições de legitimidade ou ilegitimidade desta forma de resolução de conflitos. Da mesma forma, não se pode ainda afirmar nada sobre a intensidade, a racionalidade ou o alcance es tratêgico dos conflitos acima definidos como Rebeliões:

"A violência não é um componente da intensidade; ela, de fato não mede o grau de envolvimento (dos participantes; grifo meu); mas assinala a inexistência, a ina de qua ção, a ruptura de normas aceitas por ambas as partes e de regras do jogo (...). A violência pode ser considerada um instrumento utilizável num Conflito social ou político, mas não o único e nem necessariamente o mais eficaz."⁽¹⁸⁾.

Bem, levar adiante estas definições e classificações seria improdutivo. Elas são úteis na medida em que esclarecem o significado de termos que não são consensuais. Uma vez feito isto, pode-se concluir esta seção com a descrição das características centrais da Rebelião, pelo menos em relação à sua composição social, seus objetivos e os meios utilizados.

Composição

Foi sobre os "rostos da multidão" que George Rudé es cre veu algumas de suas melhores páginas. Procurando demonstrar que a composição da multidão rebelde é um dos deter minan tes básicos da natureza e do alcance de suas ações, este autor salientou a distribuição social, educacional, religiosa, o cup acional, sexual, regional e etária ⁽¹⁹⁾ dos participantes dos motins rurais e urbanos, na França e Inglaterra, entre 1730 e 1840.

Contra a hipótese conservadora de que as rebeliões são feitas por miseráveis e criminosos, concluiu que, embora

as agitações ocasionalmente facilitassem a ação de ladrões e saqueadores, as evidências históricas são, no mínimo, insuficientes para corroborar este difundido preconceito⁽²⁰⁾.

Para Rudé, os participantes da multidão rebelde eram fundamentalmente membros das "classes inferiores", ou o "menu peuple" das cidades e do campo:

"Excepcionalmente, podem ser recrutados entre outros grupos sociais; há muitos exemplos nos distúrbios de 1787-95, em Paris, de participação ocasional de estudantes, professores, profissionais liberais, funcionários públicos, pessoas que viviam de pequenas rendas e funcionários de escritórios de advocacia. Em certa ocasião, a do levante monarquista de outubro de 1795 (o 13 Vendémiaire), esses elementos parecem até mesmo ter desempenhado o papel principal. Em Londres, também, nota-se, durante os distúrbios Wilkitas de 1763-71, que cidadãos da "melhor posição" misturavam-se ocasionalmente à 'turba' vulgar. Normalmente, porém, comerciantes, capitalistas ou os pais de família mais prósperos não faziam manifestações, motins, nem colocavam mosquetes no ombro para sitiar a Bastilha ou tomar um palácio real pela força das armas. Em greves e motins de fome, isso é tão óbvio que nem valeria a pena mencionar; (...)

Na França, portanto, os que participaram dos motins e distúrbios pré-industriais foram, nas cidades, predominantemente os mestres de pequenas oficinas, os lojistas, aprendizes, artesãos independentes, jornaleiros, trabalhadores, os pobres da cidade; e, no campo, os vinicultores, pequenos camponeses proprietários, trabalhadores sem terras e artesãos rurais. Na Inglaterra, foram os pequenos lojistas, vendedores ambulantes, artesãos, jornaleiros, criados e trabalhadores, num caso; e tecelões, mineiros, cardadores de lã e pequenos agricultores arrendatários e donos de terras, trabalhadores agrícolas e artesãos de aldeias, no ou-

tro." (RUDE, 1991, pp. 220-221).

A extensa citação visa salientar que, apesar das variações na composição social de cada caso concreto⁽²¹⁾, é lícito descrever a multidão rebelde como sendo formada pela "arraia miúda" da cidade e do campo.

Uma segunda e relevante questão diz respeito às dimensões da multidão. Neste caso, um índice útil seria fornecido pela confrontação do número de participantes, quer absoluto, quer relativo à representação dos participantes potenciais, com a população em geral. Mais de um autor destacou a dificuldade de se obter este índice. Não só pela ausência de dados estatísticos confiáveis, como pela dificuldade de se estabelecer uma distinção clara entre lideranças, ativistas e observadores passivos⁽²²⁾.

Deste modo, dada a característica "explosiva" da rebelião, não é possível caracterizar com exatidão suas fronteiras. Não obstante, Rudé afirma que, num sentido ideal típico, a multidão rebelde não era formada por um núcleo separado de militantes, contrapostos à massa insurgente. Quanto às dimensões de cada rebelião, digamos simplesmente que situavam-se num gradiente entre o mínimo necessário para adquirir relevância sócio-histórica⁽²³⁾ e o máximo a partir de onde a rebelião transforma-se em guerra civil, insurreição ou revolução.

Objetivos

Segundo Hannah Arendt, "tumultos são protestos articulados em defesa de queixas genuínas" (Da Violência, p. 146). A histórica exclusão dos que não têm vez nem voz, combinada com o contínuo sentimento moral de injustiça e de impotência

para modificar o "status quo", fariam das rebeliões as explo_sões violentas dos lamentos dos "de baixo"; espécie de último recurso que se intercala com longos períodos de apatia e queixumes silenciosos. Daí se deduz o caráter moral e espontâneo das rebeliões, contraposto por Arendt ao caráter político e estratégico das guerras e revoluções⁽²⁴⁾. Sendo morais e espontâneas, as rebeliões teriam por objetivo remir, de tempos em tempos, as carências genuínas dos excluídos.

Novamente, as pesquisas de Rudé o conduziram a outras conclusões:

"A multidão pode amotinar-se porque está com fome, ou teme vir a ficar, porque sofre profunda injustiça social, porque busca uma reforma imediata ou milênio, ou porque quer destruir um inimigo ou acalmar um 'herói'. Raramente, porém, é apenas por uma destas razões (...)

Quando os mineiros do estanho de Cornwall, ou os tecelões do west Country, queimam a casa ou a fiação de seu empregador, ou destroem suas máquinas durante uma disputa trabalhista, não precisamos de poderes divinatorios para concluir que, qualquer que seja a forma do distúrbio, seus objetivos são os aumentos de salário. Da mesma forma, quando os participantes dos motins de fome ameaçam padeiros, invadem mercados e rasgam sacos de farinha ou cereal, podemos supor que o objetivo real não é tanto o de intimidar ou destruir, mas de fazer baixar os preços dos alimentos. E, ainda uma vez, quando os parisienses atacam e tomam a Bastilha, e os londrinos 'derrubam' casas e capelas católicas, devemos supor que pretendiam fazer exatamente isso. Ao procurar os motivos, devemos, portanto, não ser tão sutis ou tortuosos a ponto de desconhecer a intenção clara ou básica". (Op. cit. p. 235).

A citação, embora extensa, é claríssima e poupa argumentos. Os objetivos das rebeliões são aqueles manifestos pelas ações e declarações de seus participantes. Eles são va-

riados, mas precisos, não correspondendo nem ao difuso sentimento moral de Arendt, nem à irracionalidade inconstante de Le Bon⁽²⁵⁾.

Para Tilly, independente da natureza econômica ou política de suas reivindicações, as rebeliões reativas - tax rebellion, food riots, the anticonscription movement, machine-breaking, etc. - objetivam manter direitos adquiridos face a uma mudança iminente⁽²⁶⁾.

Apesar de haver certa mescla de objetivos em todas as rebeliões⁽²⁷⁾, Rudé identifica a predominância de finalidades econômicas em greves, motins de fome, ataques de camponeses aos castelos, destruições de portões e cercas nos campos, queimas de medas de feno e destruição de máquinas agrícolas (p. 235). E de finalidades políticas nos motins urbanos do século XVIII (p. 53), nas jornadas populares da Revolução Francesa, nas revoluções de 1830 e 1848, no Cartismo, etc.

Além destes interesses mais voltados para o futuro, nosso autor analisou também os movimentos voltados para o passado. Os motins Gordon, os movimentos milenares, o ludismo e os motins "igreja e Rei" (p. 242) teriam sido motivados por um conjunto de "crenças generalizadas" que, embora estivessem subjacentes nos movimentos acima citados, nestes eram centrais:

"Para começar, temos o tradicional instinto do 'nivelamento', comum em todas essas ocasiões, que leva os pobres a buscar um grau de Justiça social às expensas dos ricos, les grands, e dos que representam a autoridade, quer sejam funcionários do governo, senhores feudais, capitalistas, ou líderes revolucionários da classe média." (RUDE, p. 242).

A idéia de nivelamento, de conflito entre pobres e ricos, fracos e poderosos, perpassa os movimentos radicais progressistas e os conservadores. Também transcende a dicotomia pré-industrial/industrial⁽²⁸⁾.

Mais típica da multidão pré-industrial, sempre segundo Rudé, era a resistência contra a modernização capitalista introduzida tanto ao nível técnico e das relações econômicas, quanto nos costumes, relações sociais e instituições políticas⁽²⁹⁾.

Os sentimentos de justiça e de resistência à inovação se conectam com dois outros, o de proteção paternal do "rei"⁽³⁰⁾ e o de volta às liberdades naturais originárias, usurpadas pelos "opressores".

Por último, o milenarismo, secular ou religioso, foi um dos principais componentes da ideologia popular nas rebeliões, pelo menos no período considerado, de transição para o mundo industrial e liberal⁽³¹⁾.

Em resumo, embora não se possa falar de uma distinção radical entre os tipos de objetivos nas rebeliões, há uma substituição gradual daquelas mais afins aos apelos ao costume (Tilly) ou às fantasias milenares (Rudé) por outras, mais 'racionais' e voltadas para o futuro⁽³²⁾.

Meios

Também neste eixo o padrão das rebeliões parece ter variado ao longo do período considerado⁽³³⁾. De qualquer maneira, por meios deve-se entender tanto as conexões instrumentais do agir coletivo (organização), quanto os recursos subjetivos mobilizados por estas ações (ideologias e processamento

de informações).

Tipicamente, as ações rebeldes foram diretas, "explosivas", frouxamente organizadas e dirigidas por líderes locais e temporários (34):

"Embora os motins tivessem tendência a seguir padrões tradicionais, mesmo o mais breve deles raramente surgia já pronto. Até mesmo uma greve local, ou um motim da fome, ganharia força a partir de um começo modesto e teria pontos de partida, clímax e conclusão claramente definidos. As exceções foram as operações militares mais organizadas, como o ataque às Tulherias, em agosto de 1792, ou os disciplinados desfiles de trabalhadores convocados pelos clubes de Paris, em 1848. Esses, porém, não foram típicos do comportamento da multidão, pois, no caso, os participantes obedeceram, quase que do começo ao fim, às ordens de líderes reconhecidos. Em sua forma mais característica, o motim ou rebelião que cresceu desde um início relativamente pequeno num mercado, numa taberna, numa padaria, num açougue ou na casa de vinhos; ou foi "deflagrado" por uma palavra ao acaso ou por um ato de provocação e, graças a isso, ou por outros meios, pôde assumir uma dimensão e um impulso que ninguém, nem mesmo o mais experiente dos líderes, poderia ter planejado ou esperado." (RUDE, p. 260).

Ainda esta vez recorreremos extensamente à clareza deste autor, que professa aqui uma "espontaneidade sem exageros" em relação à organização das rebeliões. Sem exageros pois algum grau de organização, por mais elementar que seja, é condição 'sine qua non' para que se possa falar em ação coletiva (35).

Em termos mínimos, esta organização envolvia líderes 'externos' à multidão rebelada. Estes líderes relacionavam-se com a massa através de líderes intermediários, de

lemas transmitidos boca a boca ou de folhetos e da imprensa em geral⁽³⁶⁾.

Um aspecto importante, que tem conexão com a mescla de características já referida várias vezes, é que as rebeliões muitas vezes foram precedidas ou acompanhadas por protestos pacíficos, aparentemente mais organizados do que as primeiras⁽³⁷⁾.

Obviamente, isto não autoriza supor, como muitos fizeram, que a violência da multidão fosse uma energia incontrolável, irracional, movida pela "sede de sangue". As características destas ações violentas, segundo Rudé, eram basicamente as seguintes⁽³⁸⁾:

1) Elas tinham objetivos precisos, que eram perseguidos com firmeza pela multidão rebelde.

2) Muitas vezes, protestos sociais pacíficos, após serem ignorados ou reprimidos, transformavam-se em motins e rebeliões.

3) Os alvos da violência eram selecionados em função dos objetivos da rebelião. Os tipos de ação violenta adequavam-se racionalmente às ocasiões e meios disponíveis.

4) Em geral, estes alvos foram propriedades, máquinas, prédios, etc. Raramente pessoas são vitimadas; a representação aos protestos contabiliza maior número de vítimas do que as rebeliões.

5) Dada a 'explosividade' característica do fenômeno, por vezes a intervenção de novos e inesperados fatores pode modificar o curso das ações e levar a ataques indiscriminados, fora dos alvos selecionados. Dentre estes fatores desta-

caram-se outros atores sociais, os boatos, o pânico e a ação de saqueadores aproveitando-se das crises.

Por último, há o problema da eficácia das rebeliões em relação aos seus fins manifestos ou declarados. Os Tilly concluíram em The Rebellious Century que, do fato da ação coletiva violenta constar em quase todos os modernos conflitos pelo poder, não se pode deduzir que a violência seja a melhor estratégia ou que seja sempre capaz de fazer diferença na determinação dos rumos da política⁽³⁹⁾. Sob outro ângulo, Rudé considerou que mesmo os objetivos imediatos das rebeliões raramente foram alcançados. Resultados limitados e quase sempre temporários foram alcançados por greves, motins de fome e movimentos como o ludismo. Em geral, os motins rurais e os motins de fome eram melhor sucedidos do que greves e jornadas urbanas em relação a estes fins imediatos. Mas as multidões revolucionárias de 1789 e 1848 realizaram mais em termos de seus objetivos, mais ousados e complexos. De todo modo, Rudé destaca o legado destas rebeliões pré-industriais e reativas.

"Assim como o sans-culottes, o pequeno proprietário e o arrendatário deram lugar ao operário de fábrica e ao trabalhador agrícola, assim também o quebrador de máquinas, o incendiário de medas e o amotinado do "Igreja e rei" deram lugar ao sindicalista, ao militante trabalhista e ao consumidor organizado da nova sociedade industrial. (p. 289).

IV - IMPASSES EXPLICATIVOS

Nesta seção a tarefa básica seria tentar responder à pergunta sobre os porquês das características acima descritas. São então poder-se-ia validar ou não uma hipótese sobre o alcance estratégico da rebelião como modalidade de ação coletiva.

No entanto, não será possível fazer mais do que uma rápida referência às "brechas explicativas" dos modelos e realidades da ação coletiva popular⁽⁴⁰⁾; relacionando-as, na medida do possível, com aspectos das rebeliões consideradas anteriormente.

Assim como nos amparamos largamente na obra de George Rudé, no item anterior, esta seção está baseada no artigo já citado de Charles Tilly.

Do Individual ao Coletivo

É lícito supor que as decisões e ações coletivas condensam um agregado de decisões e ações individuais. Sabe-se também que a passagem destas àquelas não é direta, simples e imediata. Segundo Tilly, desde o desafio de Mancur Olson, o compartilhamento de interesses é insuficiente para ativar a ação individual, gerando um problema para a agregação voluntária na defesa dos objetivos comuns.

Tanto os modelos cumulativos (uma etapa em que indivíduos separados tomam consciência de sua situação; uma segunda etapa em que esta consciência gera focos de solidariedade potenciais; e uma terceira etapa em que a ação coletiva

é ativada pelo grupo então formado) quanto os construtivos (ação coletiva como "expresión directa de los intereses comunes de un grupo completamente formado - una clase social, comunidad, grupo étnico, sindicato, partido o algo así(...)"(p. 180) são insuficientes.

No caso dos modelos cumulativos de mobilização, caberia indagar sobre como se dá a passagem de uma etapa para a outra. Discutiu-se várias vezes durante o curso sobre a heterogeneidade das motivações individuais dos participantes das rebeliões. Em particular, utilizou-se largamente o exemplo da tomada da Bastilha, sobre o qual se dispõe de sólidas evidências históricas a este respeito⁽⁴¹⁾.

E, no caso dos modelos construtivos, há dois problemas básicos. O primeiro, de certa forma referido por Rudé no capítulo sobre os "rostos da multidão"⁽⁴²⁾, é o da representatividade dos sujeitos coletivos assim considerados em relação à população base que constitui seu substrato. O segundo problema é a suposição de que estas identidades coletivas parciais são socialmente dadas.

Na verdade, elas não o são num duplo sentido. Os focos potenciais de solidariedade, na sociedade, apenas se tornam efetivos quando indivíduos organizam-se "para o compartilhamento de fins ou objetivos e a capacidade de ação concertada (...)"⁽⁴³⁾. Ou seja, estes "sistemas de solidariedade", antes de serem socialmente dados, envolvem também um problema estratégico em sua constituição e desenvolvimento. E esta última questão remete já ao próximo impasse explicativo, sobre as relações entre os micro-fundamentos intencionais, os macro-fundamentos contextuais e o acaso.

Intenção, Contexto e Acaso

Afirmou-se acima que as finalidades da ação coletiva são aquelas manifestas pelos sujeitos nela envolvidos. Uma abordagem intencional das ações dos sujeitos históricos parece constituir um ponto de partida razoável para a explicação sobre o significado das rebeliões.

"Mas esse comportamento sadio de um sóbrio e comedido 'individualismo' metodológico - que não requer, para começar, a suposição de motivação egoísta - não é fundamento para que se adote a idéia de um puro jogo de estratégia a ocorrer num vazio sociológico." (REIS, 1988a).

Neste terreno, o esforço analítico visa evitar, simultaneamente, os riscos do voluntarismo e do determinismo⁽⁴⁴⁾. O impasse reside, precisamente, na explicação sobre como as decisões e ações dos sujeitos coletivos envolvidos nas interações estratégicas se articulam com o contexto sócio-institucional que sempre condiciona a "estrutura de escolhas disponíveis" destes atores⁽⁴⁵⁾.

Considere-se, como exemplo, o caso das jornadas populares na Revolução Francesa, em particular, nosso recorrente episódio da tomada da Bastilha:

"Ora, no domingo de 12 de julho, na altura do meio dia, Paris veio a saber que o rei demitira na véspera - e expulsara da França - o Ministro Necker, cuja popularidade, um tanto usurpada, estava associada com a do duque de Orléans. Este abriu ao público o seu jardim do Palácio Real. Fazia, naquele domingo, um tempo muito bom, e a multidão do Palácio Real agrupou-se em torno de oradores ainda na véspera desconhecidos - entre os quais Camille Desmoulins - antes de formar cortejos e de levar em triunfo os bustos de Necker e do

duque de Orléans. Entraram em choque, na praça Luis XV, com os cavaleiros do regimento Royal Allemand, o que fez com que os guardas franceses saíssem de suas casernas para se unirem aos manifestantes. Na noite de 12 para 13, o barão de Besenval, no comando das tropas reais em Paris, fez com que os seus soldados recuassem para o Campo de Março. Mas os parisienses, tomados de pânico (corria que a cidade seria bombardeada e depois saqueada), não desistiram. Depois de quebrarem as administrações de impostos sobre mercadorias e de expulsarem os empregados do Fisco Real, buscaram armas. Durante todo o dia 13 amontoaram-se em torno da Prefeitura para exigir armas. Ocorreu, ao mesmo tempo e espontaneamente, a revolução municipal. Os eleitores dos distritos de Paris - eleitos para preparar a reunião dos Estados-Gerais - nomearam um Comitê permanente e formaram uma milícia burguesa encarregada de garantir a segurança pública; tratava-se, como há dois séculos na ocasião das barricadas, ao mesmo tempo de tomar medidas preventivas contra as tropas reais e de impedir que as vagas flutuantes da população emergissem dos esgotos e ameaçassem a ordem dos proprietários. Era uma revolução, era o nascimento da Guarda Nacional. No dia 14 pela manhã, o povo apossou-se dos fuzis nos Inválidos. Depois dirigiu-se à Bastilha, sem dúvida também à procura de armas. Foi coisa mais profunda, sem dúvida, porque o triste castelo que dominava a entrada do bulevar Saint-Antoine era o símbolo de um regime com o qual se queria terminar. O governador Launay só podia contar com uma guarnição esquelética: 80 inválidos e 30 suíços. Procurou parlamentar, comprometendo-se a não deixar que os soldados fizessem fogo, desde que não se atacasse a Bastilha. Mas, na altura de uma hora da tarde, tendo a massa penetrado nos pátios do castelo, o governador perdeu a cabeça e ordenou aos soldados que atirassem. Feriram ou mataram uma centena de homens. Por volta de cinco horas, uma massa que se apoderara dos quatro canhões nos Inválidos, reforçada por guardas france-

ses, voltou ao castelo. Launay quis capitular, mas a multidão não o aceitou e invadiu a prisão. Três oficiais e três soldados foram mortos. Launay, levado à prefeitura, foi morto na praça de Grève. Na mesma noite, o preboste dos comerciantes, Flesselles, foi morto. As cabeças degoladas foram levadas nas pontas das lanças até o Palácio Real. Sabe-se hoje em dia qual a composição social dos que atacaram a Bastilha. Foi um microcosmo da sociedade parisiense - entre eles encontravam-se mestres, aprendizes, comerciantes - mas havia uma certa preponderância do mundo dos artesãos do bulevar Saint-Antoine. Benseval retirou-se com seus soldados para Saint-Cloud." (DICIONÁRIO CRÍTICO DA REVOLUÇÃO FRANCESA, pp. 103-104).

A espontaneidade e imprevisibilidade destas ações fazem pensar numa sequência fortuita de acontecimentos. Mas, como salientou Rudé, a intencionalidade dos atores, mesmo parcialmente dispersos, não pode ser ignorada. E, como defendeu Skocpol, seus objetivos s̄ foram alcançados porque o contexto 'estrutural' tornou possível a ação. Sem a crise econômica, as esperanças criadas pela convocação dos Estados-Gerais e a crise da autoridade estatal, os "gatilhos" degladradores das rebeliões não bastariam para elas assumirem tamanha relevância histórica, nem seriam úteis para explicá-las.

"De maneira específica, (...) trata-se entre outras coisas de examinar como os aspectos 'sociológicos' em questão servem de substrato favorável ou desfavorável aos aspectos estratégico-organizacionais da constituição de sujeitos coletivos (de sistema de solidariedade) e da deflagração da ação coletiva." (REIS, 1984, p.136).

Ação e Interação Estratégica

Segundo Tilly, concentrar a análise da ação coleti-

va apenas no ator em questão, de forma estática, é um dos principais impasses dos modelos explicativos. As identidades coletivas parciais não são definidas de uma vez por todas. Tampouco as estratégias de ação são invariáveis no curso das ações coletivas. Ambas dependem da dinâmica das interações estratégicas.

Assim, por exemplo, não há como explicar a ação dos rebeldes se não se considera a vontade estratégica das autoridades e daqueles contra quem os rebeldes se rebelam; não apenas durante a rebelião, mas também antes e depois. Só assim é possível sanar a lacuna apontada por Mark Granovetter⁽⁴⁶⁾, de que os modelos que tratam da agregação de preferências individuais frequentemente ignoram como os indivíduos chegaram a ter as preferências que têm.

Seja como for, além de considerar as outras vontades estratégicas em termos de número de atores, identidades simbólicas, limites dos recursos controlados e regras do jogo - ou seja, a estrutura social e o processo político -, há que se levar em conta a frequência e a intensidade das interações para a análise das causas dos conflitos e seus resultados possíveis. Pois as estratégias - o amálgama de identidades simbólicas e conexões instrumentais - modificam-se no curso das interações.

Em resumo, não basta que o esforço analítico considere outros atores; ele necessita ser também um modelo dinâmico:

"Una rebelión triunfante contra una autoridad injusta, en este modelo, es resultado de una secuencia de actos organizados, atentatorios y reestructurantes .

Pero el experimento simplificaba su problema analítico al darle a la autoridad poco espacio de manobra, ésta revela y refuerza su injusticia sin poder realmente negociar o cambiar la estrategia. La interacción estratégica queda mal representada. Por ello, el modelo consigue a lo más una especificación de los antecedentes necesarios para ciertas consecuencias de la interacción. No es en realidad un modelo dinámico de la interacción misma (TILLY, 1990, p. 187).

V - CONCLUSÃO

Após tantas citações e discussões preliminares é preciso enfrentar diretamente a pergunta inicial: "A violência da multidão é uma estratégia politicamente orientada?"

Antes de mais nada, se a política corresponde propriamente à natureza abstrata de qualquer interação conflitiva e às instituições que se ocupam genericamente dos conflitos⁽⁴⁷⁾, cabe reformular parcialmente a questão: "A violência da multidão, enquanto expressão de um conflito político, constitui uma ação coletiva estrategicamente orientada?"

Num sentido "fraco", em que os requisitos da ação estratégica correspondem à própria pressuposição de racionalidade da ação, as rebeliões são "estrategicamente orientadas", pois tratam-se de atores coletivos perseguindo seus objetivos de qualquer tipo.

No entanto, numa acepção "forte", a estratégia envolve outros requisitos quanto ao conjunto meios e fins. Nesta acepção, a ação estratégica tem como pré-condições para os sujeitos coletivos⁽⁴⁸⁾:

1) Explicitação dos fins gerais que o sujeito coletivo atribui à sua ação. Avaliação dos limites e possibilidades contextuais de realização destes fins deliberados lucidamente.

2) Identificação dos atores potencialmente envolvidos nos conflitos relacionados com estes fins. Seleção dos atores potencialmente aliados, neutros e adversários.

3) Especificar táticas para cada conjuntura - entendendo por conjuntura uma situação particular ou um momento histórico. Um conjunto de acontecimentos num tempo e num lugar determinados.

4) Formulação de uma estratégia operacional voltada para a construção e disposição dos meios necessários e consistentes com a natureza dos fins.

Ou seja, tais exigências pressupõem, além da racionalidade dos sujeitos coletivos, sua institucionalização. Neste sentido, não caberia considerar as rebeliões como ações coletivas estrategicamente orientadas, embora a violência da multidão possa, ocasionalmente, incluir-se num conjunto estratégico, tal como nas revoluções. Note-se, no entanto, que tal avaliação não autoriza supor uma pretensa natureza 'irracional' e 'pré-política' das rebeliões. Mesmo porque, na institucionalização de um sistema de solidariedade (Pizzorno), a organização não só é 'conditio sine qua non', como 'conditio per quam' da ação estratégica.

E, como as rebeliões são um fenômeno muito diversificado, espacial e temporalmente, decorreu daí certa hesitação, ao longo do texto, para com a dicotomia pré-industrial/industrial de Rudé. Mas foi este mesmo autor quem chamou a atenção, junto com Tilly, que os níveis organizacionais das rebeliões variavam de modo similar às variações na racionalidade da relação meios e fins. Ora, segundo Fábio W. Reis, caberia "admitir a existência de graus de racionalidade em correspondência com o volume de informações disponíveis a respeito do ambiente ou da situação em que se desenvolve a ação". (1984, p. 143). Assim, quanto mais informado estivesse o sujeito a

respeito das incertezas contextuais nas quais transcorre a ação rebelde, mais ele teria condições de controlar os meios, tornando-os consistentes com os fins. Portanto, conferindo-lhes maior ou menor alcance estratégico⁽⁴⁹⁾.

Afinal, como disse um poeta sobre os rebeldes de hoje:

"Aqui neste barco ninguém quer a sua orientação
Não temos perspectiva, mas o vento nos dá a direção
A vida que vai à deriva é nossa condução
Mas não seguimos à toa
Não seguimos à toa."

(ARNALDO ANTUNES - Volte para o seu lar).

VI - NOTAS

- 1 - RUDE, George. A Multidão na História. Rio de Janeiro, Campus, 1991. Editado originalmente em inglês, em 1964. Da vasta obra de Charles Tilly utilizou-se os seguintes artigos e capítulos de livros, disponíveis em cópia xerográfica:
- TILLY, Charles. The Changing Place of Collective Violence. In: SCOTT, Jamies C.. Weapons of the weak: Every day forms of peasant resistance. New Haven and London, Yale University Press. 1970.
- . Modelos y realidades de la acción colectiva popular. In: Zona Abierta nº 54/55. Madrid. Ed. Pablo Iglesias, 1990. Editado em inglês em 1985.
- TILLY, Charles and Tilly Louise and Tilly Richard. The Rebellious Century, 1830-1930, Cambridge, Mass:Harvard University Press, 1975. Conclusões. pp. 271-300.
- 2 - ACHAM, Karl. Ciência Social Teórica e Explicação Científica: Considerações metodológicas. In: Síntese Nova Fase, v. 19, nº 57. 1992.
- 3 - "No sistema categorial dessas ciências humanas, deve sempre haver lugar para os mais diversos fatores possíveis de agir histórico concreto dos homens - mesmo se deve ser aceito que um ou outro interesse mais ou menos: como, por exemplo, especificidades religiosas, cosmovisões, etc. A absolutização de um destes fatores não é admissível." (ACHAM, p. 185). Cf. as nove classes de condições para os diversos 'approaches' das ciências sociais, na p.184.
- 4 - Artigo citado na nota 4, in: Revista Zona Abierta nº 54/55.
- 5 - Uma hierarquização dos fatores explicativos só é possível em relação aos casos concretos. Cf. ACHAM, p. 185.

- 6 - Falar de pressupostos filosóficos talvez cause espanto nestes tempos de 'descritivismo antiteórico' todavia, parece "que justamente o historiador não poderia dispensar uma visão histórica de conjunto". Afinal
- "Como qualquer ciência, a ciência histórica também se refere a um todo previamente dado, a uma pré-compreensão ontológica da coisa considerada, passando daí para a diferenciação e determinação mais 'fina' ou 'exata' das partes e do singular. Ela se desenvolve, pois, do geral para o particular." (ACHAM, p. 182).
- 7 - Sobre as provas de validação nas pesquisas sociais, cf. o capítulo 6 do livro de:
- LAKATOS, Eva M. e MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica. São Paulo, Atlas, 1991. 2ª edição.
- Sobre a verificação na pesquisa histórica, ver:
- CARDOSO, Ciro F. e BRIGNOLI, Héctor P.. Os Métodos da História. Rio de Janeiro. Graal, 1983. 3ª edição. Especialmente Parte II e capítulo VIII na parte III.
- E, ainda, sobre o método histórico comparativo, a introdução de:
- SKOCPOL, Theda. Estados e Revoluções Sociais. Lisboa, Estampa, 1985.
- 8 - Rudê dá o exemplo das multidões 'em pânico', que podem produzir conflitos violentos sem que nada nos seus objetivos iniciais indicasse tal direção, simplesmente pela ocorrência de fatores extrínsecos. Fala também dos protestos sociais que podem, ocasionalmente, transformar-se em rebeliões e até revoluções. Apenas para ilustrar, a insurreição de 1905 na Rússia foi detonada com a repressão dos cossacos ao protesto pacífico dos grevistas de São Petesburgo. O Domingo Sangrento (09.06.1905), segundo Lênin, modificara a história russa ao acelerar a "educação revolucionária do proletariado".

- 9 - A citação é extraída de *From Mobilization to Revolution*, apud:
 HUNT, Lynn. Charles Tilly's collective Action. In: Skocpol, Theda. Vision and Method in Historical Sociology. Cambridge, Cambridge University Press, 1984.
- 10 - Há aqui um vasto terreno para ser mapeado. Naturalmente, noutra ocasião. Não obstante, vale registrar que não se considera a revolução como uma modalidade de guerra interna (como concebem-na os teóricos da privação relativa criticados por Tilly), nem como um tipo especial de 'explosão hostil' (como parece considerá-la Rudé). É indicativo da posição deste autor o fato dele considerar a Revolução Francesa como composta de (e não resultante de) ocorrências simultâneas de motins políticos, motins de fome e motins trabalhistas. Todavia, trata-se de dois fenômenos distintos. A revolução não é redutível à rebelião e vice-versa. Naturalmente, certos tipos de fenômenos revolucionários são formados por rebeliões, ao menos em certa medida. Neste sentido, muitas jornadas revolucionárias na Revolução Francesa (1789-1795) efetivamente configuravam-se como rebeliões, no sentido apontado neste texto. A via insurrecional de ocorrência da Revolução é particularmente imbricada com o fenômeno da rebelião. Nela se manifesta a fórmula de Hannah Arendt: a revolução é uma rebelião generalizada mais uma guerra civil. Cf. ARENDT, Hannah. Da Violência. Brasília, UNB, - 1985.
- 11 - De modo semelhante, a proximidade das ações populares violentas e não-violentas não deveria permitir a indiferenciação entre as duas manifestações da multidão. Algumas greves podem transformar-se em rebeliões, mas nem todas o são. Por outro lado, um mesmo movimento pode envolver as duas modalidades de ação. Basta pensar na luta contra o Apartheid na África do Sul, onde há ações de desobediência civil e resistência passiva ladeando com outras, de resistência ativa e com uso ofensivo da força. O protesto social pacífico e a rebelião - ação violenta da multidão - são fenômenos distintos, embora suas fronteiras empíricas sejam tênues.

- 12 - Cf. as notas bibliográficas ao final de cada capítulo do já citado livro de G. Rudé.
- 13 - Cf. Tilly (1990, pp. 168-170).
- 14 - Rudé (1991, pp. 01-15).
- 15 - Hunt (1984, p. 247).
- 16 - O anti-evolucionismo de Hunt, conquanto pareça útil à reflexão sobre a persistência das rebeliões no mundo contemporâneo, ao recusar a sucessão temporal dos fatores explicativos, conduz a explicação até um beco sem saída. A evolução não implica, necessariamente, num caminho linear e irreversível do simples ao complexo, do inferior ao superior. Caberia aqui a "idéia de uma 'vecção' ou de um processo 'tendente' (analiticamente ou em princípio) a formas 'superiores' de equilíbrio, o que permite apreender os mecanismos de equilibração em fases mais 'primitivas' do processo - bem como os fatores que a se opõem a tal equilibração". (REIS, 1984, pp. 159-160). Ver, especialmente sobre este ponto:
REIS, Fábio W.. Mudança, Racionalidade e Política. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.) A Ciência Política nos anos 80. Brasília, Ed. UNB, 1982.
- 17 - Sobre a tipificação como condição para a elaboração de hipóteses nomológicas, cf. ACHAM, artigo citado, p. 184.
- 18 - Cf. os verbetes conflito (a citação é da página 226), dissuasão, força, revolução e violência do:
BOBBIO, Norberto [et alii]. Dicionário de Política. Brasília, Ed. UNB, 1991. 3ª edição brasileira, em dois volumes.
Cf. também, no texto já citado de Arendt, sua visão sobre a violência como um meio que degrada, imanentemente, seus fins:
"A violência, sendo instrumental por natureza, é racional na medida em que for eficaz para alcançar o fim

que a justifica." (ARENDR, 1985).

O Juízo de valor emitido por Arendt, embora esclareça sobre o sentido negativo atribuído por ela às conexões instrumentais do agir coletivo, lança pouca luz sobre nosso problema, uma vez que a explicação do fenômeno difere logicamente de um Juízo normativo acerca de seu significado moral.

- 19 - RUDÉ, op. cit., pp. 224-227 e TILLY; The Changing Place of...
- 20 - Idem ibidem, p. 219.
- 21 - Cf., além dos capítulos dedicados aos estudos de caso no livro já citado de RUDÉ, outros exemplos em:
 KRANTZ, Frederick. A Outra História: Ideologia e Protesto Popular nos Séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro. Zahar, 1990.
 THOMPSON, Edward P.. Tradição, Revuelta y Consciência de classe. Barcelona, Ed. Crítica, 1984.
 DELUMEAU, Jean. História do Medo no Ocidente. São Paulo. Companhia das Letras, 1989.
 SALOMON, Frank. Ancestor cults and resistance to the state in Arequipa: ca. 1748-1754. In: STERN, Steve. Resistance, rebellion, and consciousness in the Andean Peasant World. Madison, The University of Wisconsin Press, 1987. pp. 148-165.
 COATSWORTH, John H.. Patterns of rural rebellions in Latin America: México in Comparative perspective. In: KATZ, F.. Riot, Rebellion and Revolution. Princeton University Press, 1988. pp. 21-62.
 HOBBSBAWM, Eric J.. Rebeldes Primitivos. Rio de Janeiro. Zahar, 1978.
 ————. Mundos do Trabalho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

Como ignorar a riqueza de rostos em tantas multidões? Como chamar os camponeses da Vendéia e os indígenas de Arequipa de "arraia miúda", indistintamente? Os operários industriais das jornadas revolucionárias de 1848 têm mesmo algo em comum com os jovens negros de Los Ange

les, em 1992, ou com as mulheres marchando sobre Versailles, em 1789?

Pode-se argumentar legitimamente que a noção de "excluídos da agenda sócio-política" é quase tão vaga e arbitrária quanto o Povo de Michelet ou a Canalha de Taine. Afinal, não ter riqueza, poder e status é uma condição experimentada pela maioria da humanidade ao longo dos séculos.

Por este caminho volta-se ao ponto inicial, reivindicando maior riqueza no conhecimento dos casos. Reconhecida a limitação descritiva da idéia de 'arraia miúda', em seu socorro podem ser ponderados dois argumentos.

A indiferenciação entre ricos e pobres, poderosos e fracos, jabocinos e () sans-culottes, que encontra-se no Povo de Michelet, é aqui eliminada. E a turba assassina e saqueadora, formada por ladrões e miseráveis, de Taine e tantos outros, deixa de ser uma imagem plausível após este conjunto de estudos realizados nos últimos trinta anos. Ou seja, falar em arraia miúda é menos equívoco do que se falar em canalha ou povo. E esta maior precisão é possível graças às pesquisas "pedestres" feitas por equipes e estudiosos de primeira linha. São algumas características comuns destas rebeliões rurais e urbanas, recentemente estudadas, que nos permitem considerar que os componentes das rebeliões eram os 'excluídos sociais', mais do que o 'Terceiro Estado' ou a 'população dos cortiços'.

Em resumo, embora a limitação descritiva do conceito seja evidente, o é tanto por razões teóricas quanto empírica, não ficando por este motivo inválido o procedimento de tipificação.

- 22 - Em relação à diversidade interna da multidão formada pelas "classes inferiores", às suas fronteiras tênues com a massa dos não-rebelde e ao apoio efetivo dos participantes por parte de seus grupos de origem, Rudé destaca seu conteúdo problemático, uma vez que a "composição dos amotinados nas cidades e aldeias tendia a refletir os padrões sociais de uma era pré-industrial" (p. 224). As

variações nestas relações não podem ser analisadas segundo a "linguagem de classe", o que priva os estudiosos dos recursos conceituais mais correntes. Cf. op. cit. pp. 226-230.

- 23 - "Tal limiar, também de acordo com o que se indicou anteriormente, corresponderia ao ponto em que os conflitos em questão obtenham algum tipo de repercussão na área das instituições políticas, seja traduzindo-se em organizações ou instituições de tipo "operacional" capazes de figurarem no jogo estratégico visando à promoção de determinados interesses, seja determinando de alguma forma a mobilização das agências e normas correspondentes ao nível "constitucional" das instituições políticas e eventualmente acomodações ou modificações neste nível" (REIS, 1984, p. 155). Este limiar não pode ser dado a priori, como fica evidente na passagem acima. Cf.:
- REIS, Fábio W.. Política e Racionalidade. Belo Horizonte. UFMG/PROED, 1984.
- 24 - Ver a introdução de:
- ARENDT, Hannah. Da Revolução. São Paulo. Ática, 1990. 2ª edição. 1ª edição norte-americana em 1963.
- 25 - Boa parte dos argumentos de Rudé são voltados à polêmica com a tradição da chamada "psicologia das multidões". de Le Bon até Neil Smelser. Cf. op. cit. p. 255 e seg(s)
- 26 - Ver a conclusão de The Rebellious Century, p. 284.
- 27 - RUDE, op. cit. pp. 235-241.
- 28 - "Da mesma forma, os camponeses de Vendéia reagiram contra a Paris revolucionária porque, por motivos muito particulares, seu ódio à burguesia urbana era maior do que seu ódio aos senhores locais; (...)" (RUDE, p. 243). Guardados as devidas proporções, é interessante cotejar este exemplo com o caso, analisado por Frank Salomon, dos "rebeldes e idólatras" de Andagua, nos Andes, durante o

séc. XVIII. Sob a liderança de Gregorio Taco, esta revolta misturou cultos ancestrais, apelos aos direitos naturais e luta contra taxas. O ponto a destacar é a peculiar articulação entre as comunidades indígenas e o regime colonial espanhol. Cf. nota 21.

29 - RUDE, op. cit. pp. 243-245.

30 - Idem, Ibidem, pp. 246-247.

31 - Idem, Ibidem, pp. 249-253.

32 - Uma classificação possível, quanto aos objetivos, adviria da distinção entre rebeliões que objetivam mudanças no sistema e as que objetivam mudanças do sistema. Sem dúvida, esta é uma distinção insuficiente. Na ausência de uma teoria da mudança sócio-política, ela se torna pouco operacional:

"Nada impede, de fato, que uma série de mudanças no sistema provoque uma transformação do sistema; nem que tentativas de mudanças do sistema acabem por cooperar para reforçar e melhorar o sistema que se visava destruir, derrubar ou transformar estruturalmente." (DICCIONÁRIO DE POLÍTICA, p. 226).

Além desta dificuldade formal, que se desdobra no truismo banal de que tentativas malogradas de mudar o sistema redundam no seu fortalecimento indireto, há uma limitação substantiva nesta classificação.

A rebelião é um fenômeno que pode dizer respeito à reação, à reforma e à revolução, mas em qualquer caso os objetivos voltados para o passado e os voltados para o futuro coexistem tensamente. Ademais, como inserir os messianismos milenaristas na classificação acima? Novamente, a busca de uma tipificação esbarra tanto em limitações teóricas quanto empíricas.

33 - Para Rudé o protesto da multidão tornou-se progressivamente mais organizado, conforme os exemplos revolucionários de 1792 e 1848 já anunciavam.

Para Tilly, a estabilidade e a maior sistematicidade da

organização das ações coletivas estão ligados à institucionalização dos conflitos. A variação temporal no padrão organizacional das rebeliões era refreada, segundo Rudé, pela memória oral e pela manutenção de certas condições sócio-institucionais:

"Assim, a memória e a tradição oral, bem com as condições materiais ou relações sociais do presente, serviam para perpetuar as formas de distúrbio popular." (RUDÉ, p. 260).

Na página 259 tem-se o exemplo da "mystique" das barricadas, arma em grande parte medieval e considerada útil ainda pelos revoltosos de 1830, 1848, 1870, etc. No entanto, cumpre observar que o arraigamento popular destas tradições orais carecia de atualização à cada geração de rebeldes e insurretos.

- 34 - É curioso o mecanismo de "deflagração" da rebelião, de onde advém seu traço "explosivo". Diz Rudé que "em Londres, em junho de 1870, a recusa do Parlamento em examinar a petição anticatólica da Associação Protestante transformou as multidões reunidas em Westminster em grupos de manifestantes irritados, que ocuparam as ruas de Londres durante uma semana" (p. 261). Impossível não lembrar que os distúrbios raciais em Los Angeles (EUA), neste ano de 1992, começaram após a decisão do tribunal que absolveu os policiais brancos que haviam espancado arbitrariamente um jovem negro. Ainda agora, menos de 24 hs após o protesto e a festa de multidões favoráveis ao impeachment do presidente brasileiro terem tomado conta das maiores capitais do país, um "motim de camelôs" espouca em Belém-PA, após a provocação de um fiscal da prefeitura que atirou num vendedor ambulante. Claro que são três exemplos bastante díspares, mas ilustram bem a persistência do mecanismo de "gatilho" descrito por Rudé (p. 263). Para uma discussão sobre as relações entre intenção, contexto e acaso, conferir seção IV.
- 35 - Para Charles Tilly, em oposição aos teóricos da "privatização relativa" e também da "sociedade de massas", a verda-

deira causa da mobilização não é a crise econômica ou a desintegração social, mas a organização. Esta é a variável independente em relação à ação coletiva, pois somente quando ações deliberadas conformam um ator organizado é que se coloca realmente a possibilidade da mudança política.

Ver, além dos textos já citados de Tilly, Lynn Hunt e T. Skocpol:

DI TELLA, Torcuato. Violence and revolution. In: ———. Latin American politics: theoretical framework. University of Texas Press, 1990, cópia xerografada.

Para uma discussão sobre a problemática constituição dos sujeitos coletivos, ver seção IV.

- 36 - Diferencia-se, portanto, da sistematicidade, complexidade e estabilidade das modernas burocracias estatais e civis, onde os fluxos organizacionais pressupõem um alto grau de desenvolvimento dessas três características, cf. Rudé, pp. 264-271.
- 37 - RUDE, pp. 257-258.
- 38 - Id. ib. pp. 255-277.
- 39 - TILLY(et. al.), 1975. p. 280 e seg(s).
- 40 - TILLY, 1990, op. cit. nota 01.
- 41 - Além do capítulo 6 do livro de Rudé, ver também:
 NOGARET, Guy Chaussinaud. A Queda da Bastilha. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1989.
 FURET, François e OZOUF, Mona. Dicionário Crítico da Revolução Francesa. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1989.
 LEFEBVRE, George. A Revolução Francesa. São Paulo, Ibrasa, várias edições.
- 42 - RUDE, op. cit. pp. 227-230.

- 43 - REIS, 1984, capítulos IV e V da 2ª parte do livro já citado.
- 44 - Ver, para uma crítica do programa metodológico estruturalista de SKOCPOL:
TAYLOR, Michael. Racionalidad y acción colectiva revolucionaria. In: Zona Abierta nº 54/55, Madrid, Pablo Iglesias ed., 1990.
- 45 - Vale lembrar que, para Tilly, as ações violentas tendem a ocorrer quando e onde novos grupos buscam tornar-se membros da comunidade política e os antigos grupos resistem a esta ampliação. Neste sentido, o autor procurou relacionar as variáveis estruturais - urbanização, industrialização e grau de presença do Estado ("Stateness") - com as explicações intencionais baseados no modelo intencional da mobilização de recursos organizacionais como variável independente. Segundo o balanço feito pelo próprio Tilly, e justaposição de explicações causais e intencionais não basta para articular teórica e metodologicamente o sociológico e o estratégico. Ver texto citados nota 01.
- 46 - GRANOVETTER, Mark. Modelos de Umbral de conducta coletiva. In: Revista Zona Abierta nº 54/55. Madrid, ed. Pablo Iglesias, 1990.
- 47 - Estas instituições ocupam-se genericamente dos conflitos, seja buscando eliminá-los, seja regulando-os e tentando enquadrá-los, ou ainda participando deles - o que envolve a organização de certo foco de interesses comuns. (REIS, 1984, pp. 149-160).
- 48 - Formulei estes tópicos para outro trabalho escolar, intitulado "O PT e o Socialismo: Um Impasse Estratégico".
- 49 - Uma última citação de Rudé o ilustra bem:
"Em suma, a multidão foi violenta, impulsiva, facilmente provocada pelo boato e inclinada ao pânico; mas não foi

inconstante, peculiarmente irracional, nem geralmente da da a ataques sangrentos às pessoas" (p. 276).

Para uma discussão sobre o papel da consciência, ver o capítulo sobre "Ímpeto rebelde e Consciência Revolucionária", em:

KONDER, Leandro. A Derrota da Dialética. Rio de Janeiro. Campus, 1989.